

# O Taller de Historia Oral Andina e a experiência de um ensino de história intercultural na década de 1980 na Bolívia<sup>1</sup>

*The Andean Oral History Workshop and the Experience of Intercultural History Education in 1980s Bolivia*

Liz Andréa Dalfré\*

## RESUMO

Este trabalho analisa a experiência do *Taller de Historia Oral Andina* (THOA) na década de 1980 na Bolívia, destacando seu papel na construção de um ensino de história intercultural crítico. O THOA, criado em 1983 e dirigido em seus primeiros anos pela socióloga Silvia Rivera Cusicanqui, utilizou pesquisas em arquivos e a metodologia da história oral para resgatar memórias indígenas silenciadas, especialmente relacionadas aos *caciques apoderados*, como Santos Marka T'ula. O projeto questionou narrativas oficiais que marginalizavam as lutas indígenas, promovendo uma releitura da história a partir de perspectivas subalternas. Além disso, o THOA desenvolveu ações como radionovelas, exposições e festividades para devolver os resultados da pesquisa às comunidades, fortalecendo identidades e mobilizações políticas. A experiência do THOA é entendida como uma prática de interculturalidade crítica, conforme discutido por Catherine Walsh, ao confrontar estruturas coloniais e racializadas e valorizar epistemologias indígenas. Palavras-chave: Epistemologia indígena; Silvia Rivera Cusicanqui; Taller de Historia Oral Andina.

## ABSTRACT

This study examines the experience of the *Taller de Historia Oral Andina* (THOA) in Bolivia during the 1980s, highlighting its role in constructing a critical intercultural approach to history education. Founded in 1983 and initially led by sociologist Silvia Rivera Cusicanqui, THOA employed archival research and oral history methodologies to recover silenced Indigenous memories, particularly those related to Indigenous leaders such as Santos Marka T'ula. The project challenged official narratives that marginalized Indigenous struggles, promoting a reinterpretation of history from subaltern perspectives. Additionally, THOA developed initiatives such as radio dramas, exhibitions, and community celebrations to return research findings to Indigenous communities, thereby strengthening identities and political mobilization. The THOA experience is understood as an example of critical interculturality, as discussed by Catherine Walsh, by confronting colonial and racialized structures while valuing Indigenous epistemologies. Keywords: Indigenous Epistemology; Silvia Rivera Cusicanqui; Taller de Historia Oral Andina.

\* Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. liz.dalfre@unb.br <<https://orcid.org/0000-0001-5109-1676>>

Conforme Catherine Walsh, o tema da interculturalidade se tornou recorrente ao longo dos anos de 1990 (2010, p. 75) e tem sido utilizado, com frequência, para orientar projetos educacionais, constitucionais e políticos e, muitas vezes, como elemento de tensão entre propostas oriundas de Estados nacionais associados a programas internacionais de desenvolvimento *versus* demandas sociais e comunitárias, que colocam em xeque a herança racial-colonial. Nesse sentido, Walsh (2010, p. 77) identifica usos distintos para a noção de interculturalidade ao tratar sobre o tema da educação, classificando-os em três perspectivas: relacional, funcional e crítica. A perspectiva relacional é aquela que faz referência ao contato entre culturas, que pode ocorrer em condições de igualdade ou desigualdade. Segundo Walsh, essa abordagem minimiza as tensões e conflitos sociais e hierarquiza as diferenças culturais em termos de superioridade e inferioridade (Walsh, p. 77).

A perspectiva funcional, por sua vez, está a serviço do sistema dominante, alinhando-se à lógica do sistema capitalista e do mercado. Essa abordagem é funcional ao sistema porque, embora faça referência à diversidade cultural, não se propõe a enfrentar as causas estruturais das assimetrias e desigualdades sociais e culturais (Walsh, 2010, p. 78). A lógica funcional atende aos interesses do neoliberalismo ao consagrar o multicultural como um dos pilares de suas projeções, entretanto, na prática, utiliza o reconhecimento e diversidade cultural como uma importante estratégia de dominação (Walsh, p. 78).

O enfoque multiculturalista também é criticado por Silvia Rivera Cusicanqui (2010, 2015a, 2015b, 2018). Em seus trabalhos, a socióloga destaca o caráter retórico do discurso estatal boliviano que, desde os anos 1990, a partir de uma orientação neoliberal, adotou o multiculturalismo como base do plurinacionalismo. Para Cusicanqui (2018, p. 18), essa abordagem contrasta com as múltiplas percepções de heterogeneidade oriundas de diversos movimentos sociais que, desde os anos de 1980, desafiaram os discursos e propostas de homogeneização aplicadas à sociedade boliviana pelas elites que se colocam como mediadoras das demandas indígenas. O multiculturalismo neoliberal, ainda que reconheça a diversidade étnica, cristaliza as identidades indígenas em categorias estáticas, como a de “*campesino*”, ignorando processos dinâmicos de migrações e heterogeneidade identitária (Rivera Cusicanqui, 2015b, p. 52).

A terceira perspectiva, denominada interculturalidade crítica por Walsh,

parte do “problema estrutural-colonial-racial”, reconhecendo que a diferença é construída dentro de uma matriz colonial de poder racializado e hierarquizado (Walsh, 2010, p. 78). Para a autora, a interculturalidade crítica constitui uma ferramenta de transformação social ampla, criada a partir de demandas da sociedade e não de imposições estatais. A intenção dos pesquisadores, professores e demais grupos que tentam viabilizar essa vertente é alterar as relações sociais possibilitando a “construção de condições de estar, ser, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver distintas” (Walsh, 2010, p. 78).

Com base nessas premissas, este trabalho tem como objetivo demonstrar como, por meio da atuação do *Taller de Historia Oral Andina* (THOA) nos anos de 1980, foi possível a construção de uma educação intercultural com comunidades indígenas que viviam, especialmente, nas proximidades de La Paz. Para tanto, o THOA partiu de uma ampla pesquisa sobre os *caciques apoderados* que atuaram na luta pela manutenção de terras e direitos ao longo dos anos de 1920 e 1930 na mesma região.

A pesquisa colocou em evidência problemas estruturais decorrentes da herança racial e colonial, questionando seus pressupostos. O compartilhamento dos resultados, por meio de uma série de ações — desde entrevistas até a produção de radionovelas e vídeos —, possibilitou a emergência de uma consciência étnica e epistemológica entre as comunidades analisadas. A história e a memória foram utilizadas pelos pesquisadores como ferramentas que permitiram a construção de uma relação identitária, comunitária e afetiva por parte das comunidades participantes.

Partimos da ideia de que a proposta não pode ser compreendida apenas como a aplicação do conceito de interculturalidade crítica, formulado posteriormente por Catherine Walsh (2010), mas sim como parte de uma genealogia mais ampla do pensamento anticolonial andino. As atividades do THOA, enraizadas no katarismo e no indianismo das décadas de 1970 e 1980, revelam uma relação dialética entre movimento social e teoria e constituem uma experiência fundamental para que ideias, conceitos e projetos como os formulados por Walsh pudessem se consolidar posteriormente.

O percurso de trabalho desse instituto nos anos de 1980 foi descrito neste texto, sobretudo, a partir de reflexões posteriores desenvolvidas pelos integrantes do THOA, ex-alunos e alunas, professoras e professores que escreveram diversos artigos e livros sobre a experiência, além de terem concedi-

do diversas entrevistas sobre o tema. Portanto, é importante considerar que esse material consiste em uma produção memorialística e foi elaborado em contextos políticos e teóricos distintos daqueles vividos pelo THOA em seus anos iniciais. A forma como os protagonistas descrevem a experiência na década de 1980 é atravessada por suas trajetórias posteriores, pelos debates contemporâneos sobre descolonização e interculturalidade e pelas transformações políticas na Bolívia, como a ascensão do partido Movimiento al Socialismo (MAS) e os percalços do neoliberalismo. Longe de invalidar a análise, essa característica nos convida a um exercício historiográfico mais complexo: não se trata de acessar o passado “tal como ele foi”, mas de compreender como esse passado foi reelaborado pela memória de seus agentes, transformando-se em legado. Ao tematizar essa dimensão, assumimos o desafio de escrever a história de um movimento historiográfico e social a partir dos relatos retrospectivos de suas figuras, reconhecendo neles tanto as marcas do vivido quanto as camadas de significado acrescidas pelo tempo.

#### O TALLER DE HISTORIA ORAL ANDINA (THOA) E A EMERGÊNCIA INDÍGENA NA BOLÍVIA

O *Taller de Historia Oral Andina* (THOA) foi um laboratório de pesquisas criado em 13 de novembro em 1983 em La Paz, Bolívia, por iniciativa de pesquisadores e estudantes de sociologia e mantém suas atividades até os dias atuais. Conforme consta em sua página na Internet, sua missão “foi e é a investigação mediante a metodologia da História Oral” (THOA, 2025, p. 1). O objetivo declarado das pesquisas, conforme o próprio laboratório, é levar para a academia e para as comunidades do país a mensagem descolonizadora, por meio da recuperação e fortalecimento da identidade índia (THOA, 2025, p. 1). Embora o THOA continue ativo, neste trabalho a análise se concentra no contexto de sua fundação e nos primeiros anos de sua atuação, até o início da década de 1990, especificamente durante a permanência de Silvia Rivera Cusicanqui como profissional referencial da proposta. As transformações posteriores do laboratório extrapolam o recorte temporal adotado nesta pesquisa.

A iniciativa que deu origem ao laboratório surgiu entre estudantes do curso de sociologia que cursavam a disciplina de Superestrutura Ideológica, ministrada por Rivera Cusicanqui na Universidad Mayor de San Andrés, em

La Paz. Sob sua orientação, o grupo de trabalho gradualmente incorporou discentes e docentes de outras áreas. Nomes como Esteban Ticona, Humberto Mamani, Lucila Criales, Carlos Mamani, Filomena Nina, entre outros, integraram o projeto nessa fase inicial.

A constituição do THOA ocorreu em um cenário acadêmico de ampla presença do marxismo. Os pesquisadores envolvidos desejavam investigar ausências, silêncios, esquecimentos, visões distorcidas e os pontos cegos do saber universitário. Segundo Rivera Cusicanqui (2015a, p. 14), o projeto emergiu em um momento no qual a esquerda marxista voltava as costas para as comunidades indígenas, fazendo com que as ideias do grupo fossem vistas como heréticas em meio à hegemonia intelectual da época.

As interpretações sociais predominantes na época destacavam que os conflitos que atravessavam a sociedade boliviana contemporânea não poderiam ser reduzidos à luta de classes ou ao nacionalismo populista, mas estavam intrinsecamente vinculados ao colonialismo. (Serulnikov, 2023, p. 87). Paralelamente, entre as décadas de 1970 e 1980, emergiu uma produção historiográfica que ressaltava a importância da cosmovisão andina e das lutas anti-coloniais nos levantes tupamaristas.<sup>2</sup> Esse movimento intelectual buscava estabelecer continuidades entre as lutas contemporâneas e as resistências do passado colonial.

Em um panorama mais amplo, foi o momento da emergência indígena, conforme destacado pelo antropólogo chileno José Bengoa. Para este autor, esse foi o fenômeno sociopolítico e cultural mais importante ocorrido na América Latina nas últimas décadas (Bengoa, 2016). Essa emergência pode ser compreendida como um momento de maior visibilidade e afirmação de novas e antigas identidades étnicas indígenas acompanhado por movimentos de reivindicação por participação política e de resistência à marginalização, ao silenciamento e às violências conduzidas pelos Estados Nacionais ao lado do capital financeiro, ao longo dos dois últimos séculos (Bengoa, 2016; 2009).

O processo de emergência indígena desenvolveu-se em um cenário complexo. No plano local, diversos atores sociais — incluindo organizações indígenas, ONGs, padres e igrejas alinhadas à Teologia da Liberação, e iniciativas de educação popular, como as desenvolvidas pelo THOA — desempenharam papel fundamental na reformulação das consciências étnicas, processo que transcendia as dimensões meramente econômicas, sociais e políticas (Bengoa,

2016, p. 22). Nesse contexto, eventos de grande repercussão continental, como as duas reuniões de Barbados (1971 e 1978) adquiriram especial relevância, pois proporcionaram espaços de debate que permitiram sistematizar propostas centradas em torno da preocupação com a autorrepresentação e a luta anticolonial (Zapata, 2008, p. 119).

Também foram decisivos os debates e críticas impulsionados a partir de 1987, durante as comemorações do V Centenário do Descobrimento da América, bem como o levante indígena liderado pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) em 1990 e a insurreição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, em 1994. Esses episódios são compreendidos como momentos decisivos no processo de valorização das identidades étnicas e da formulação de propostas políticas em toda a América Latina (Bengoa, 2016; 2009; Zapata, 2008, p. 119).

O caso da Bolívia é central para esse debate, uma vez que o movimento indígena desse país, após anos de mobilizações e de um amplo processo de conscientização identitária, transformou a etnicidade em elemento central da cidadania e da nacionalidade boliviana (Bengoa, 2009, p. 8). Foi justamente nesse cenário que um grupo de estudantes e professores universitários criou o THOA, e foi a partir de tais demandas que as pesquisas com história oral foram desenvolvidas.

Nesse cenário, correntes de pensamento como o katarismo e o indianismo circulavam pela Bolívia, tornando-se cruciais para as concepções de história e política entre estudantes universitários oriundos de comunidades indígenas. Tratava-se de um contexto marcado pela formação de organizações, federações camponesas e sindicatos indígenas de orientação katarista, que buscavam construir uma identidade política e cultural independente tanto dos partidos marxistas tradicionais quanto do Movimento Nacionalista Revolucionário. (Serulnikov, 2023, p. 87).

O katarismo surgiu no final dos anos 1960 na Bolívia, a partir da atuação de jovens aimarás que estudavam em La Paz. Uma das bases iniciais dessa ideologia esteve relacionada à valorização das raízes étnicas e culturais. A criação desse movimento foi propiciada pelo fracasso parcial do projeto modernizador da Reforma Agrária, que, a partir de uma perspectiva unificadora, transformou os indígenas em camponeses. A Bolívia foi o local onde essa prática teve maior aceitação por parte dos grupos interessados, especialmente en-

tre os quéchuas e aimarás. Entretanto, não demorou para essas comunidades perceberem que as políticas voltadas para o campesinato não possibilitaram a superação da pobreza e do estigma (Arbó, 2008, p. 36).

O katarismo foi assim denominado pois os primeiros idealizadores desse movimento provinham de Ayo Ayo, local onde havia nascido o líder indígena do período colonial Tupac Katari. Além desta liderança, outros líderes anticoloniais foram acionados como referenciais de memória, como Bartolina Sisa, Tupac Amaru, Micaela Bastida, Zarate Willca, Apiaguaiqui Tumpa, além de lideranças camponesas mais contemporâneas (Arbó, 2008, p. 39). Aos poucos, o movimento katarista galgou espaço entre organizações comunitárias e sindicais culminando com a sua chegada e atuação no Congresso.

O movimento katarista atuou na construção e ressignificação das memórias das lutas coloniais e na valorização das identidades étnicas. Em uma de suas vertentes, utilizou programas de rádio para difundir seus ideais. Também circularam radionovelas em aimará e uma delas narrava a história de Tupac Katari (Arbó, 2008, p. 37-38). Essa prática da difusão de ideais étnicos, identitários, culturais e de lutas a partir de programas de rádio e radionovelas é um dado relevante no que se refere ao acesso à informação na Bolívia, especialmente entre os povos falantes de aimará, pois consolidou uma estratégia de popularização de grande alcance dos ideais defendidos por essa corrente. Essa prática também será adotada pelo THOA em suas atividades de devolução das pesquisas às comunidades.

Em 1978, foram criados dois grupos que enfatizaram o vínculo identitário com Tupac Katari. Um deles foi o Movimento Indígena Tupac Katari (MITK), criado por Luciano Tapia Quisbert, cuja base estava nas comunidades camponesas do Altiplano. O outro foi o Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK), um partido político de esquerda. O movimento katarista também desempenhou um papel fundamental na criação da Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano (CIDOB) e, a partir de 1982, passou a estimular e orientar a organização de povos indígenas das terras baixas (Arbó, 2008, p. 42).

As primeiras formulações teóricas do movimento katarista surgiram na tese da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), aprovada em 1979.<sup>3</sup> Em 1984, a CSUTCB apresentou ao governo o Projeto de Lei Agrária Fundamental, resultado de amplos debates e assem-

bleias. A proposta, contudo, não chegou ao parlamento, sendo considerada anticonstitucional. O documento incluía questões como o direito à propriedade sobre as terras, o acesso a diversos recursos das comunidades e ao exercício de autonomia político-administrativa. O THOA foi criado nesse contexto, em meio a um cenário em que diversos grupos defendiam a transformação radical do Estado a partir de demandas indígenas.

A denúncia da opressão e racismo históricos, a rejeição ao centralismo estatal em favor das estruturas comunitárias (*ayllus*), a busca pela valorização da cultura, das línguas e cosmovisões indígenas eram ideais que circularam amplamente pela Bolívia e alimentavam a visão de mundo de muitos estudantes universitários. É importante sublinhar ainda que esse cenário intelectual e político forneceu as bases empíricas e epistêmicas para formulações teóricas que se tornaram recorrentes posteriormente, como a própria ideia de interculturalidade crítica.

Xavier Albó (2008, p. 43) destaca que os primeiros anos de democracia, após o período de ditadura militar, foram marcados por uma intensa agitação, decorrente, principalmente, da crise herdada dos governos anteriores. Nesse contexto, emergiram demandas de diversos setores sociais. Para os fins deste artigo, interessa observar como os anos de 1980 foram profícuos em relação aos debates e formulações sobre os direitos indígenas, protagonizados pelos próprios sujeitos sociais que seriam os beneficiários de tais propostas.

É igualmente relevante considerar o surgimento do indianismo nos anos de 1970, uma teoria política e ideologia revolucionária proposta pelo intelectual indígena Fausto Reinaga. Por meio de seus escritos e atuação, Reinaga buscou se contrapor ao indigenismo e às perspectivas da esquerda marxista tradicional boliviana. Suas obras tiveram significativa aderência em movimentos sociais e políticos indígenas (Freitas, 2015). Para além da luta de classes, Fausto Reinaga evidenciou em seus textos o problema do racismo como elemento estruturante das desigualdades sociais na Bolívia. O movimento katarista, por sua vez, constituiu-se a partir de um diálogo profundo com Reinaga (Arbó, 2008, p. 36).

Silvia Rivera Cusicanqui, ao explicar o surgimento do THOA, destaca que o contexto era o final da ditadura, período no qual a universidade gradualmente recuperava sua autonomia. Entretanto, predominava um cenário marxista hegemônico no qual a figura indígena não ocupava centralidade.

Nas ciências sociais daquele momento, marcadas por projetos civilizatórios que se apresentavam sob a roupagem do desenvolvimento e da erradicação da pobreza, era inconcebível o reconhecimento das mobilizações indígenas aimarás do passado como relevantes movimentos de luta política. A perspectiva dominante concebia as comunidades indígenas como isoladas, imersas em uma penumbra cognitiva e aprisionadas a um passado imutável (Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 14-17).

A autora ressalta, inclusive, a existência de concepções racistas na universidade, expressas, por exemplo, na exigência de que os estudantes — em grande parte oriundos de comunidades rurais e falantes nativos de quéchua ou aimará — dominassem um idioma estrangeiro, ou ainda na visão pejorativa que circulava entre muitos professores em relação aos alunos bilíngues aimarás, cuja escrita e pronúncia do castelhano divergiam do padrão considerado culto (Periódico PIEB, 2020, 2 min 05 s).

Embora a perspectiva marxista predominasse em disciplinas como a ministrada por Silvia Rivera Cusicanqui, a influência dos ideais kataristas e indianistas possibilitou uma orientação distinta para o grupo que viria a formar o THOA, o qual se voltou para a valorização e resgate das memórias indígenas (Criales; Condoreno, 2016, p. 57).

Silvia Rivera Cusicanqui afirma ainda que, para ela e outros colegas professores, a riqueza residia precisamente nessa diversidade, pois ela era fruto da memória que esses grupos traziam de suas comunidades de origem, de suas famílias no meio rural “e de toda uma série de experiências vitais de grande valor para poder gerar um tipo de aproximação e ação social distinta” (Periódico PIEB, 2020, 2 min 35 s).

## DO ARQUIVO À COMUNIDADE: A REESCRITA DA HISTÓRIA INDÍGENA

Em suas atividades iniciais, o THOA foi dividido em dois grupos: os *jiliris*, que eram os responsáveis pelo projeto, eram os mais velhos e atuavam como “autoridades”, e os *sullkas*, composto pelos mais jovens, especialmente estudantes. O objetivo primordial do grupo era investigar as atividades realizadas nos anos de 1920 pela rede de *caciques apoderados* e as lutas jurídicas empreendidas por eles durante sua atuação como lideranças comunitárias.

Os próprios participantes da pesquisa nos informaram sobre a formação

do grupo e as premissas que o orientaram. Em 2006 foi realizado um documentário sobre a origem do THOA, no qual foram entrevistados vários pesquisadores que atuaram nas investigações desse primeiro momento da instituição. A pesquisadora Filomena Nina Huarcacho, conforme relata, foi convidada a participar devido ao seu interesse nos estudos de linguística aimará. Ela enfatiza que, na ocasião, o grupo desenvolvia pesquisas sobre variados temas relacionados às comunidades indígenas. Ao ser chamada para uma entrevista, foi questionada sobre seu conhecimento a respeito da própria origem (Periódico PIEB, 2020, 25 s).

Silvia Rivera Cusicanqui destaca que uma das perspectivas fundamentais do projeto foi refletir sobre as identidades dos próprios pesquisadores, entre os quais havia mestiços, pessoas que nasceram em áreas comunitárias e descendentes aimarás de meios urbanos. A proposta inicial consistia justamente em iniciar a pesquisa a partir das próprias origens (Periódico PIEB, 2020, 3 min 50 s). Com esse objetivo, o primeiro passo foi solicitar aos estudantes que apresentassem suas biografias, destacando a ascendência familiar. A ideia de Rivera Cusicanqui era, a partir da genealogia familiar, iniciar um processo de valorização das identidades étnicas, combatendo perspectivas racistas que estruturam o ensino superior na Bolívia.

Após essa primeira etapa, o grupo deu sequência às atividades de pesquisa direcionadas às ações dos *caciques apoderados* nos anos de 1920. Para efetivar a pesquisa, o grupo optou por realizar um trabalho de história oral, especialmente com falantes de língua aimará. Conforme Criales e Condoreno (2016, p. 57), “explicitamente não houve no Taller nenhuma metodologia prévia, só sabíamos que íamos trabalhar com história oral” (Criales; Condoreno, 2016, p. 57). A escolha pela metodologia de história oral teve peso também na composição do grupo, uma vez que os participantes deveriam ter domínio do aimará ou do quéchua.

Nesse momento, no âmbito acadêmico, a história oral ainda não era utilizada como prática metodológica recorrente na maior parte das universidades latino-americanas. Portanto, os primeiros passos da pesquisa visavam não apenas conhecer mas também sistematizar a metodologia de história oral. De acordo com Silvia Rivera Cusicanqui, o grupo de pesquisa concluiu que as entrevistas orais permitiriam acessar a memória coletiva e, a partir dessa abor-

dagem, seria possível recuperar perspectivas históricas até então silenciadas e subversivas (Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 14).

Uma das primeiras ações do grupo, em direção à investigação proposta, foi a realização de leituras de textos que valorizavam a história de grupos anônimos e excluídos das narrativas da nação, sob a perspectiva da história “vista de baixo”. Autores como Teres Oré en Ica, Guillermo Rochabrum, E. P. Thompson, Tristan Platt, Olivia Harris, Xavier Albó, entre outros, abriram novos horizontes de possibilidades para os estudantes, que buscavam construir um campo renovado de investigações. É importante enfatizar que as leituras contemplavam autores europeus, mas, especialmente autores latino-americanos.

As pesquisas iniciais se direcionaram ao estudo das sublevações indígenas dos anos de 1920 e 1930, comumente identificadas pela historiografia nacional como levantes irracionais e isolados. Essas investigações conduziram à descoberta de uma rede de *caciques apoderados*. Um dos principais personagens que emergiu dessas pesquisas foi Santos Marka T’ula, uma liderança que esteve à frente de um conjunto de lutas jurídicas empreendidas em favor da sua comunidade, com o objetivo de impedir a expropriação de terras e garantir a manutenção das formas de vida comunitárias. Segundo a socióloga Lucila Creales, os pesquisadores se dividiram e foram buscar informações em diferentes regiões e arquivos, buscando reunir informações e documentos sobre a atuação desse grupo (Periódico PIEB, 2020, 5 min 39 s).

Os *caciques apoderados* foram lideranças indígenas que, entre o final do século XIX e início do século XX, articularam uma rede ampla de resistência legal para defender terras comunitárias contra a expropriação conduzida pelo Estado ou por grandes proprietários. Eles utilizavam documentos coloniais para mover processos e reivindicar direitos territoriais. Santos Marka T’ula desempenhou um papel de extrema relevância como *Apoderado General* na década de 1920, mobilizando diversas comunidades aimará e quéchuas, em La Paz, Oruro e Potosí, organizando petições coletivas e alianças entre *ayllus*.

Conforme Silvia Rivera Cusicanqui, os pesquisadores iniciaram uma ampla consulta aos arquivos e à hemeroteca, reunindo informações sobre a atuação dos caciques e de suas comunidades. As informações coletadas eram registradas em um único fichário. Além disso, empregaram metodologias como colagens e desenhos em paredes, para facilitar a visualização e o entendimento

coletivo. Nesse mapeamento, foram destacados os locais geográficos de atuação das comunidades analisadas. Os resultados dos levantamentos documentais eram debatidos em reuniões, das quais surgiam novas linhas de investigação (Periódico PIEB, 2020, 5 min 17 s; Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 15).

Após o levantamento documental, o próximo passo consistiu na busca por testemunhas, por meio da procura por familiares e vizinhos de Santos Marka T'ula na comunidade onde ele viveu, localizada em Curahuara de Pacajes, na província Gualberto Vilarroel, região do altiplano. Os pesquisadores também tentaram encontrar outras lideranças indígenas da ampla rede de *caciques apoderados*, percorrendo diferentes províncias da região.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas diversas entrevistas nas comunidades selecionadas, as quais eram registradas em gravadores. Segundo Criales, “sem que houvésemos proposto, fomos desenvolvendo de uma forma muito artesanal nossa própria metodologia de história oral baseando-nos na memória de avôs e avós” (Criales; Condoreno, 2016, p. 61). A técnica desenvolvida pelo grupo consistiu em entrevistas individuais e coletivas, e, muitas vezes, os relatos eram analisados conjuntamente à documentação arquivística. Conforme Criales, “a observação, a entrevista, o testemunho, a história de vida e o mito mediante a tradição oral foram os caminhos pelos quais se transcorreu a investigação” (Criales; Condoreno, 2016, p. 61).

A primeira entrevista foi realizada por Esteban Ticona, a partir do princípio de reciprocidade “eu te dou, você me dá”, o *ayni*, um sistema andino milenar. As pessoas narravam as experiências vividas, relatos de suas vidas e, como parte dessas experiências subjetivas, também compartilhavam concepções mitificadas, especialmente em torno de Santos Marka T'ula.

Um dos caminhos metodológicos adotados pelo grupo foi a organização de encontros de anciões e anciãs, ou seja, de testemunhas do período de atuação dos *caciques apoderados*. A reunião dessas pessoas possibilitou o acirramento das memórias e estimulou a valorização identitária da comunidade. Conforme Rivera Cusicanqui, “através deles, justamente, essas memórias fragmentadas começaram a se conectar” (Periódico PIEB, 2020, 6 min 06 s). A partir desse percurso, foi possível

descobrir que havia um grande movimento que estava por trás das rebeliões porque até então a ideia que tinha a história oficial era que havia rebeliões que eram

estalidos de violência irracional [...] mas sem nenhum programa, sem nenhuma proposta (Periódico PIEB, 2020, 6 min 09 s).

A pesquisa conduziu os investigadores a descobertas importantes para a superação da perspectiva propagada pela história nacional, que atribuiu irracionalidade às lutas lideradas pelos *caciques apoderados*. A investigação também permitiu a composição de uma narrativa histórica que demonstrou a longa duração das lutas cotidianas desses grupos, sobretudo por vias normativas. A construção e ressignificação dessas memórias representaram um importante passo para o grupo do THOA. Os pesquisadores observaram que diversos movimentos, narrados pela história oficial como violentos, haviam sido precedidos por décadas de lutas legais. Essas batalhas judiciais, pacíficas do ponto de vista físico, não haviam sido registradas nem legitimadas pelas narrativas oficiais da nação.

#### PARA ALÉM DA HISTÓRIA OFICIAL: O THOA E A RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA ANDINA

A devolução dos resultados à comunidade era uma das preocupações do THOA. Esse processo foi desenvolvido por meio da elaboração de produções acadêmicas e populares. Entre as publicações acadêmicas, destacam-se os livros *Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinato aymara y qhechwa, 1900-1980*, publicado em 1984, e *Lxs artesanxs libertarixs y la ética del Trabajo*, publicado em 1988. Além das publicações acadêmicas, o THOA utilizou diversas formas de comunicação que empregavam linguagens orais e imagéticas, como teatro, exposições fotográficas, radionovelas, vídeos de ficção e documentários, os quais alcançaram grande audiência popular. O trabalho de pesquisa realizado pelo grupo entre 1983 e 1984 teve ampla repercussão, inclusive, na reorganização de movimentos indígenas.

O público-alvo consistiu nas pessoas que viviam nas regiões pesquisadas, como trabalhadores de diversas categorias — artesãos, comerciantes e pedreiros, além de anciãos que haviam colaborado com as entrevistas orais e puderam se reconhecer nas fotografias e documentos exibidos nos vários meios de divulgação da pesquisa.

Como já foi comentado, o percurso da pesquisa culminou em uma série

de ações destinadas a devolver à população os resultados do trabalho investigativo. A data selecionada para iniciar essas atividades não poderia ser mais simbólica: 13 de novembro de 1984, marcando o 45º aniversário da morte de Santos Marka T'ula e, simultaneamente, o primeiro ano de existência do THOA.

Inicialmente, foi elaborado um folheto de divulgação que convidava o público para o evento no Museu Nacional de Etnografia e Folclore da Bolívia (MUSEF), em La Paz. O material convocava os interessados a conhecer o estudo denominado “*El indio Santos Marka T'ula, Cacique Principal de los ayllus de Qallapa y Apoderado General de las Comunidades Originarias de la República*”. O folheto incluía uma imagem e uma breve biografia de T'ula e informava que o THOA aproveitaria a ocasião para devolver à comunidade a pesquisa por meio de uma publicação. Além disso, listava as autoridades que estariam presentes no evento: o sobrinho de Santos Marka T'ula, representantes da Central Obrera Boliviana e da Federación de Mujeres Campesinas. No folheto, também estavam indicados todos os pesquisadores envolvidos no projeto.

O evento consistiu em uma programação cultural que reuniu uma exposição e o lançamento do livro *El indio Santos Marka T'ula: cacique principal de los ayllus de Qallapa y Apoderado General de las comunidades originarias de la República*. A obra apresentava a trajetória de T'ula por meio de textos, imagens e documentos históricos, parte dos quais estava em aimará com tradução para o espanhol. Para além deste evento, em momento posterior, também foram promovidas oficinas conduzidas pelos membros do THOA para compartilhar documentos sobre T'ula e seus companheiros de luta.

A exposição reuniu documentos e fotografias coletados das comunidades entrevistadas durante a fase de pesquisa. Conforme Lucila Criales, essa celebração, que reuniu membros da região onde Santos Marka T'ula havia vivido, resultou em um processo de valorização da história coletiva e de reconhecimento por parte de familiares e vizinhos (Periódico PIEB, 2020, 9 min). O evento também cumpriu um papel crucial ao resgatar Santos Marka T'ula do anonimato histórico. O movimento gerado pelas comemorações em torno da sua atuação desencadeou um fluxo de visitantes ao seu jazigo.

Nessa festividade, conforme Silvia Rivera Cusicanqui, os anciões reclamaram dos silenciamentos impostos pela geração anterior — particularmente identificada por eles como composta por sindicalistas do Movimento Nacio-

nalista Revolucionário (MNR) (Periódico PIEB, 2020, 9 min 59 s). Coube à geração dos netos propiciar a visibilidade para a história silenciada.

Já os filhos de Marka T'ula, Selestina Barco e Gregório Barco, realizaram o que Rivera Cusicanqui identificou como restituição da dignidade da luta, acusando os sindicalistas de tentarem silenciar essa memória. Segundo a socióloga, esse processo foi fundamental para fomentar questionamentos nas comunidades sobre as relações clientelares entre o sindicato e os partidos políticos. Essa tomada de consciência abriu espaço para a construção e busca de autonomia (Periódico PIEB, 2020, 9 min 59 s).

A exposição e a festividade, ao mobilizar elementos da memória coletivamente ressignificados, criaram novos sentidos para os grupos sociais representados. Um dos espaços centrais da luta por uma interculturalidade crítica é a educação. Já o ensino de história, é um dos pilares privilegiados de construção e reprodução de valores e identidades. Sob os desígnios do Estado-nação, a historiografia boliviana tradicionalmente havia apresentado a imagem de uma nação homogênea, marginalizando grupos que no passado se insurgiram para lutar pelos seus direitos, como Santos Marka T'ula.

Ao expor documentos dessa liderança — compreendida naquele contexto como um protagonista capacitado para enfrentar racionalmente as estruturas de poder —, o THOA proporcionou a diferentes gerações (incluindo membros das comunidades entrevistadas, discentes e professores participantes da pesquisa) uma perspectiva alternativa para pensar o passado, crítica às matrizes coloniais. Esse novo sentido, gestado no processo de devolução da pesquisa, permitiu, ao longo do tempo, a formulação de novos horizontes de expectativas e a mobilização para ações coletivas.

Além da exposição e da festividade, os meses subsequentes testemunharam apresentações teatrais, a criação e difusão de radionovelas. A mais popular delas recebeu o nome de Santos Marka T'ula. Como assinala Silvia Rivera Cusicanqui, esse conjunto de iniciativas desencadeadas pelas pesquisas do THOA — incluindo as performances teatrais, a radionovela e o encontro intergeracional promovido pela exposição — possibilitou a recuperação de uma memória de lutas históricas sistematicamente silenciadas e marginalizadas pelos discursos e políticas governamentais (Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 14-17).

A recomposição das histórias de vida permitiu a construção de uma nova vertente historiográfica — popular, indígena, subalternizada até então — o

que colocou em xeque premissas recorrentes no imaginário social boliviano, alimentadas pela historiografia nacional. A concepção de que os levantes de 1920-1930 eram sublevações irracionais e da suposta “bestialidade” dos indígenas foi gradualmente sendo substituída por uma consciência histórica das lutas, da busca por justiça e equidade. Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem da história pode ser compreendido à luz da terceira perspectiva proposta por Catherine Walsh sobre a educação intercultural. A valorização e resgate das histórias das comunidades indígenas, bem como a reinterpretação das ações de suas lideranças — não como atos de *barbárie*, mas como expressões de protagonismo na luta pelo direito à terra e pela manutenção de seus modos de vida —, atingem diretamente o “problema estrutural-colonial-racial”. Até então, haviam se posicionado em uma situação de inferioridade na hierarquia social. Suas ações haviam sido racializadas em contraposição a projetos estatais formulados pelas elites consideradas civilizadas.

Em 1986, a partir das pesquisas realizadas e de seu processo de popularização, foi desenvolvida a radionovela *Santos Marka T’ula*. Devido ao êxito inicial, foram ao ar 90 episódios, retransmitidos três vezes na língua aimará por rádios rurais de comunidades de La Paz, Oruro, Potosí e Cochabamba. Segundo Condoreno, “com este trabalho se havia criado com enorme desafio de manter, preservar em forma digital e duplicar e distribuir nos diferentes centros documentais do país” (Criales; Condoreno, 2016, p. 62). Inspirados pelo sucesso da primeira produção, outros programas foram criados, também em aimará, abordando temáticas relacionadas à história e memória dos *caciques apoderados* e da cultura das comunidades indígenas.

Foram criadas estações de rádio específicas para a difusão desses programas. O próprio THOA criou uma emissora, a partir do projeto *Radio Illapa 660 AM: La voz de los ayllus y marcas del Qullasuyu*. O princípio orientador dessa iniciativa foi “sistematizar e difundir todo o trabalho recompilado nas comunidades” (Criales; Condoreno, 2016, p. 62). A programação incluía radionovelas baseadas nos resultados das pesquisas, como *Qullasuy warmin sarnaqawipa* (A vida da mulher do Qullasuyo) e *Tuturani* (História da comunidade de Jisk’a Qullana). Ao longo do tempo, foram criadas oito radionovelas, sendo *Santos Marka T’ula* a mais popular, retransmitida diversas vezes, inclusive em outras rádios. Segundo Condoreno, até 2016 (data da publicação

de seu artigo), essa radionovela ainda continuava sendo reprisada (Criales; Condoreno, 2016, p. 62).

A circulação das radionovelas teve um amplo alcance popular, especialmente entre falantes de aimará, promovendo a valorização das histórias e da memória das lutas das comunidades indígenas e de suas cosmologias. Esse processo pode ser compreendido como uma prática educativa intercultural, na medida em que foi concebida e difundida a partir das demandas desses grupos e em resposta aos silenciamentos impostos pelo processo histórico de submetimento e subalternização, que marginalizou essas narrativas. A ampla audiência possibilitou a construção de um sentimento de legitimidade em relação à trajetória dos *caciques apoderados*, questionando o discurso histórico hegemônico do Estado.

A criação das rádios comunitárias para compartilhar os resultados da pesquisa foi fundamental na difusão e ressignificação da memória e história sobre os *caciques apoderados* e as lutas das comunidades indígenas do início do século XX na Bolívia. No caso da *Rádio Illapa* do THOA, a radionovela era transmitida de segunda a sexta-feira, enquanto aos sábados ocorriam debates para promover maior engajamento das comunidades aimarás com os temas expostos no programa. De acordo com Condoreno (2016, p. 62), “a radioteatralização da história dos caciques empoderados foi uma das primeiras experiências que permitiu chegar a um público massivo de falantes de aimará, excluídos da cultura escrita”.

Em parceria com outras instituições — incluindo a Universidad Mayor de San Andrés, produtoras audiovisuais e agências de fomento —, o THOA também produziu vídeos documentais e ficcionais “com o objetivo de chegar melhor ao público através da imagem em movimento” (Criales; Condoreno, 2016, p. 63). A iniciativa possibilitou a produção de *Voces de Libertad* (1990), que narra a história do anarquismo feminino na Bolívia; *Khunuskiw* ou *Ne-vando Está*, que consiste na biografia do compositor Adrián Patiño; *A cada noche sigue un alba* (1986) que trata da memória anarquista na Bolívia e *El Sueño de Wayllawisa - Profecía de la Conquista* (1991), um documentário sobre a conquista espanhola na região dos Andes. A experiência com o audiovisual permitiu a instalação de televisões comunitárias em diversas localidades, onde esses vídeos foram exibidos.

Alguns vídeos, como *El Sueño de Wayllawisa: Profecía de la Conquista*, foram transmitidos em uma escola e causaram

reflexão e identificação nos estudantes. A reação dos alunos foi o diagnóstico de uma nova proposta estética que deixa de lado as imposições externas de uma educação alienante que nos fazia crer que o de fora era melhor e o nosso era o pior e que não valia a pena cultivar (Condoreno, 2016, p. 63).

Nos vídeos e nas radionovelas, além de aspectos históricos sobre os *caciques apoderados*, a cultura andina representada por meio de atores e atrizes que se expressavam em aimará possibilitou a criação de uma relação de identidade com a comunidade representada nas histórias.

No campo político, os esforços culminaram no movimento de *Reconstitución de los Ayllus*. Segundo Lucia Criales, de forma paralela aos trabalhos investigativos do THOA — e alimentado pelos produtos culturais desenvolvidos por essa instituição, que circularam pelas comunidades indígenas —, foi se forjando nos departamentos de La Paz, Potosí e Oruro,

um movimento social amplo e diversificado, que buscava a reorganização dos sujeitos sociais andinos em torno de um modelo organizativo próprio, eclipsado nos últimos 40 anos pelo processo massivo de sindicalização e fragmentação pós-52<sup>a</sup> (Criales; Condoreno, p. 54).

O movimento de *Reconstitución de los Ayllus* teve início ainda na década de 1980 no sul de Oruro e no norte do Potosí (PANNAN, 2025, p. 3). Existente desde os tempos pré-coloniais, os *ayllus* constituíam unidades sociopolíticas andinas do antigo *Qullasuyu* (região do Império Inca). Maria Eugenia Choque e Carlos Mamani enfatizam que essa movimentação culminou na criação do Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (Conamaq), cujo objetivo era a busca por autonomia frente ao Estado, a reafirmação da identidade e da cosmovisão andina fundamentada nos princípios de coletividade e reciprocidade, além da defesa de pautas como a manutenção territorial e a resistência à exploração dos recursos naturais (Choque; Mamani, 2001).

A interculturalidade crítica manifesta-se como estratégia de ação justamente nesses processos de conscientização, que se encontram em permanente construção e questionam estruturas, instituições e relações sociais construí-

das a partir do eixo colonial-racial. No caso boliviano, segundo Rivera Cusicanqui (2015b, p. 66), é necessário desenvolver um processo de indianização, uma vez que a maior parte da população é indígena, enquanto as propostas de gestão da nação derivam de modelos propostos a partir de uma lógica neoliberal e multicultural, na qual as agendas são impostas verticalmente e os indígenas são tratados como minorias. Embora esse processo de indianização ainda não tenha se transformado em uma realidade na Bolívia, iniciativas educacionais como as desenvolvidas pelo THOA em seu primeiro ciclo de atuação representam exemplos relevantes de mecanismos pedagógicos para superar a compartimentação étnica. Para que uma prática efetiva de enfrentamento à matriz colonial seja possível, é necessária a participação de todos os grupos sociais (Rivera Cusicanqui, 2015b, p. 66).

A atuação do THOA na década de 1980, dada a amplitude do projeto, pode ser dividida em duas fases. A primeira iniciou-se com a reunião de estudantes e professores de sociologia da Universidad Mayor de San Andrés, passando pelas leituras iniciais, pela extensa pesquisa arquivística e pela realização de entrevistas comunitárias. A segunda fase consistiu no processo de devolução dos resultados à população, por meio de publicações, eventos culturais, exposições e produções teatrais, culminando na apropriação popular materializada na elaboração e difusão das radionovelas e produtos audiovisuais. Essas práticas podem ser compreendidas como exemplos do que Catherine Walsh denominou como interculturalidade crítica.

Além disso, a associação e o cruzamento entre diferentes atividades — como a leitura de textos indianistas e/ou anticoloniais como os de Fausto Rey-naga e Franz Fanon, o contato com lideranças indianistas e com os familiares e vizinhos dos *caciques apoderados* — fomentaram, entre participantes do THOA, o desejo pela atuação no campo político.

Já o trabalho com a história oral, configurou-se como um recurso metodológico interessante para o ensino de uma história intercultural, especialmente no caso da experiência descrita. Nessa iniciativa, promoveu-se um diálogo intergeracional e a devolução dos resultados à comunidade, permitindo que os participantes se reconhecessem nas imagens, textos e narrativas que circularam. A memória histórica foi ressignificada ao possibilitar o questionamento das narrativas dominantes que distorceram a atuação dos *caciques apoderados*. A experiência possibilitou a criação de vínculos entre passado e

presente e propiciou a formação de uma rede identitária baseada em histórias compartilhadas de resistência e valorização de cosmovisões subalternizadas.

As atividades do THOA contribuíram para o fortalecimento do movimento indígena, ao valorizar as identidades culturais e reforçar laços comunitários através da reconstrução de uma história comum e compartilhada por meio da memória. Esse processo desenvolveu-se nos campos cultural e político, à margem da narrativa oficial.

Segundo Criaes, o fator mobilizador não residiu na metodologia da história oral em si, mas numa “mística de trabalho” profundamente vinculada ao “exercício coletivo de desalienação”, a “descolonização das mentes e, por sua vez, de desconstrução do conhecimento oficial. Um verdadeiro potencial epistemológico e um voo de 180° em relação à historiografia oficial” (Criaes; Condoreno, 2016, p. 58). Essa reflexão alinha-se às proposições de Catherine Walsh sobre interculturalidade crítica entendida como projeto político-epistêmico que questiona as estruturas coloniais de poder/saber. Nesse sentido, temos aqui um marco teórico que ajuda a entender o potencial transformador do processo descrito por Lucila Criaes, situando-o no âmbito mais amplo da descolonização epistêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das três perspectivas da interculturalidade na educação — relacional, funcional e crítica —, conforme delineadas por Catherine Walsh (2010), permite compreender os distintos usos políticos e epistemológicos desse conceito na América Latina, especialmente no contexto boliviano. Enquanto a perspectiva relacional reduz a interculturalidade a um mero contato entre culturas, ocultando relações de poder e colonialidade, a abordagem funcional a instrumentaliza como estratégia neoliberal de inclusão controlada, esvaziando seu potencial transformador. Em contraste, a interculturalidade crítica, tal como desenvolvida pelo *Taller de Historia Oral Andina* (THOA) nos anos 1980, emergiu como um projeto político-epistêmico de descolonização, ancorado na memória histórica e nas lutas indígenas.

A experiência do *Taller*, forjada no calor das disputas políticas e epistêmicas dos anos 1980 e profundamente influenciada pelo katarismo e indianismo, não se limita a ilustrar um conceito acadêmico posterior. Ela representa um momento fundante, uma prática gestada à margem da academia formal

que contribuiu para semear o terreno sobre o qual a própria interculturalidade crítica, como formulada por Walsh, pôde ser pensada. O THOA, nesse sentido, é parte da genealogia do pensamento anticolonial andino, um elo que conecta as lutas indígenas do passado às elaborações teóricas do presente.

O THOA, sob a direção de Silvia Rivera Cusicanqui, pode ser compreendido a partir do conceito de interculturalidade crítica ao resgatar as narrativas silenciadas dos *caciques apoderados*, como Santos Marka T'ula, e devolvê-las às comunidades por meio de metodologias participativas — história oral, radionovelas, exposições e vídeos. Essa prática não apenas desafiou a historiografia oficial — que criminalizava as revoltas indígenas como irracionais —, mas também fortaleceu a consciência étnica e a organização política, influenciando movimentos como a *Reconstitución de los Ayllus*. Ao articular memória, educação e ação coletiva, o THOA demonstrou que a interculturalidade crítica é um processo de baixo para cima, que exige a transformação das estruturas coloniais de poder, saber e ser.

A crítica de Rivera Cusicanqui (2015a; 2015b; 2018) ao multiculturalismo neoliberal boliviano reforça a necessidade de superar abordagens que cristalizam identidades indígenas em categorias estáticas (como *campesino*), ignorando sua heterogeneidade e agência histórica. Nesse sentido, a experiência do THOA revela que a interculturalidade em sua perspectiva crítica não se limita a incluir os povos originários no sistema vigente, mas sim a descolonizar as instituições e os imaginários sociais, reconhecendo os saberes ancestrais e as cosmovisões andinas como fundamentos para uma sociedade plurinacional.

Como destacam Criales e Condoreno (2016), o trabalho do THOA partiu de um exercício de desalienação ao solicitar que estudantes reconstruíssem suas biografias familiares, valorizando a ascendência indígena e confrontando o silenciamento colonial que gerava vergonha entre o grupo. Esse processo deu início a um conjunto de atividades que possibilitaram que esses indivíduos assumissem seu lugar como sujeitos do conhecimento, e não mais como objetos de estudo — um deslocamento epistemológico fundamental.

Na pesquisa realizada pelo grupo, a revalorização das lutas históricas, como as batalhas judiciais travadas pelos *caciques apoderados*, desmontou a narrativa oficial que os retratava como irracionais. A investigação demonstrou, ao contrário, como essas lideranças se articulavam com o mundo urbano e mestiço por meio de assembleias, marchas e redes comerciais, caracterizando uma agência política ativa e integrada, bem distantes da imagem criada pela

historiografia nacional, que os classificava como grupos isolados e que atuavam em um vazio de repertório (Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 15).

A própria memória de Santos Marka T'ula — hoje homenageado em sua comunidade no dia 13 de novembro e adotado como símbolo por organizações indígenas — comprova o impacto do THOA. A pesquisa sobre a sua trajetória não apenas resgatou figuras apagadas pela historiografia colonial, mas também devolveu às comunidades os instrumentos para reescrever sua própria história, em diálogo com as demandas dos movimentos sociais (Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 15).

Para Catherine Walsh, a educação intercultural só adquire sentido quando é um “ato pedagógico-político” voltado à refundação das estruturas que racializam, inferiorizam e desumanizam (Walsh, 2009, p. 76). Embora tenha sido uma experiência local, o THOA cumpriu esse papel ao reescrever a história a partir de um viés não oficial, convertendo grupos marginalizados em protagonistas de sua narrativa.

Embora o projeto do THOA possa ser destacado como um caminho possível para construir relações de interculturalidade, não é possível idealizá-la. Silvia Rivera Cusicanqui apontou elementos de incerteza, de conflitos e mesmo erros e fracassos durante o processo (Rivera Cusicanqui, 2015a, p. 16). A socióloga reconhece (1987, p. 57) que um dos problemas enfrentados pelo THOA foi a necessidade de superar as barreiras linguísticas e a desconfiança inicial das comunidades. Os caminhos adotados para tentar contornar essa limitação foram a incorporação de pesquisadores falantes de aimará e a devolução sistemática dos resultados. Essa questão demonstra que o THOA não foi uma experiência isenta de contradições, mas um processo com tensões e ajustes constantes. Ainda assim, houve uma transformação do significado do passado na experiência promovida, tanto para os professores e estudantes, como também para a comunidade que compartilhou os resultados. Ao resignificar a memória e promover a autonomia indígena, o projeto, ao menos em seu início, não apenas confrontou o passado colonial, mas também abriu caminhos para futuros alternativos.

## REFERÊNCIAS

- ALBÓ, Xavier. *Movimientos y Poder Indígena en Bolivia*. La Paz: CIPCA, 2008.
- BENGOA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. México, FCE, 2016.

- Bengoa, José. ¿Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina? *Cuadernos de antropología Social*, v. 29, 2009, p. 07-22.
- CHOQUE, Maria Eugenia; MAMANI, Carlos. Reconstitución del ayllu y derechos de los pueblos indígenas: El movimiento indio en los Andes de Bolivia. *Journal of Latin American Anthropology*, v. 6, n.1, 2001, p. 202-224.
- CRIALES, Lucila; CONDORENO, Cristóbal. Breve resenã del Taller de Historia Oral Andina (THOA). *Fuentes: Revista de la Biblioteca y Archivo Historico de la Asamblea Legislativa Plurinacional*. La Paz, Bolívia, v. 10, n. 43, abr. 2016, p. 57-66.
- FREITAS, Marcos Luá de. Fausto Reinaga: índio, intelectual e boliviano. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos, 2015, p. 1-9.
- PANNAN, Rafaela N. As autonomias indígenas na Bolívia. *Civitas*, Porto Alegre, v. 25, p. [1-10], jan./dez. 2025.
- PERIÓDICO PIEB. Documental Taller de Historia Oral Andina (THOA). *Youtube*, 11 de agosto de 2020. 18 min 07 s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gTMGohVxk4g&ab\\_channel=Peri%C3%B3dicoPIEB](https://www.youtube.com/watch?v=gTMGohVxk4g&ab_channel=Peri%C3%B3dicoPIEB). Acesso em: 18 abr. 2025.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia; ARDAYA, Zulema Lehm. *Lxs artesanxs libertarixs y la ética del trabajo*. Buenos Aires: Tinta Limón y Madre Selva, 2013.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax Utxiwa: uma reflexão sobre práticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. *Temas Sociales*, n. 11, IDIS/UMSA, La Paz, 1987, p. 49-64.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos: Luchas del campesinado aymara y quechwa 1900-1980*. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015a.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'ixi es posible*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Violencia e interculturalidad. Paradojas de la etnicidad en la Bolivia de hoy. *Telar*, [S. l.], n. 15, p. 49-70, 2015b.
- SERULNIKOV, Sérgio (org.). A insurreição tupamarista: histórias e historiografias. In: ACRUCHE, Hevelly; SILVA, Bruno (orgs). *Continente subversivo: história e historiografia das Américas*. Belo Horizonte-MG: Fino Traço, 2023, p. 80-99.
- THOA. *El indio Santos Marka T'ula: cacique principal de los ayllus de Qallapa y apoderado general de las comunidades originarias de la República*. La Paz: THOA, 1986.

- THOA. Qhip nayra uñtasa nayraqatar saraña. *Taller de história oral andina* – THOA. 2025. Disponível em: <https://thoabolivia.wordpress.com/about/>. Acesso em: 18 abr/ 2025.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VILLA, Jorge Viaña; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine (org.). *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96.
- ZAPATA, Claudia. Los intelectuales indígenas y el pensamiento anticolonialista. *Revista de Literaturas Latinoamericanas*, Santiago, n. 2, v. 1, p. 113-140, 2008. Disponível em: [https://www.discursospracticass.ucv.cl/pdf/numerodos/claudia\\_zapata\\_silva.pdf](https://www.discursospracticass.ucv.cl/pdf/numerodos/claudia_zapata_silva.pdf). Acesso em: 23 abr. 2025.

## NOTAS

<sup>1</sup> Todas as traduções do espanhol foram realizadas pela autora do texto.

<sup>2</sup> A expressão “ressurreições tupamaristas” se refere a movimentos de resistência indígena que ocorreram na região andina e tiveram inspiração nos ideais e ações de Túpac Amaru, que encabeçou uma das mais importantes rebeliões anticoloniais do século XVIII no Vice-Reinado do Peru, entre os anos de 1780 e 1783.

<sup>3</sup> A atuação do movimento katarista culminou na criação da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) em 1979, que se tornou a principal organização do campesinato boliviano. Na vertente feminina, foi estabelecida a Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa – denominação que homenageia a companheira de Tupak Katari, destacada liderança no levante indígenas de 1781.

<sup>4</sup> Em 1952 ocorreu a Revolução Nacional Boliviana, um movimento popular liderado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e apoiado por sindicatos, camponeses e setores urbanos que derrubou a elite oligárquica e implementou reformas profundas na sociedade, tais como a reforma agrária, o sufrágio universal e a nacionalização das minas de estanho. Embora muitas dessas medidas tenham causado uma importante transformação na vida de grande parte da população possibilitando, por exemplo, melhorias nas condições de trabalho e um maior acesso à educação, a médio prazo houve uma valorização da identidade mestiça, por meio do uso recorrente do termo camponês em detrimento das identidades étnicas. Os sindicatos associados ao Estado também viraram a base do controle político dos interesses dos trabalhadores, que, a partir de uma relação clientelista, defendiam pautas reformistas e não de transformações efetivas da sociedade.

Submetido em: 30 de junho de 2025.

Aceito em: 05 de março de 2026.

